

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.819 - RS (2018/0008576-0)**

RECORRENTE : ROGERIO LEONEL VIEIRA  
ADVOGADO : FELIPE NEVES LINHARES - SC020588  
RECORRIDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

**DECISÃO**

Rogério Leonel Vieira ajuizou ação contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA objetivando a declaração da nulidade do ato de infração n. 6549234 contra ele lavrado, em razão da existência de animais em seu criadouro – 8 espécimes da fauna silvestre exótica.

A ação foi julgada parcialmente procedente, declarando a nulidade do respectivo auto infracional e das penalidades impostas, bem como a devolução dos respectivos animais (fls. 2.430-2.433).

Em grau recursal, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reformou a decisão, julgando a demanda improcedente, nos termos assim ementados (fl. 2.551):

ADMINISTRATIVO. IBAMA. INTRODUÇÃO DE ESPÉCIMES DE FAUNA SILVESTRE SEM LICENÇA EXPEDIDA PELO IBAMA. CRIADOURO COMERCIAL.

1. A legislação ambiental não exclui a responsabilidade do infrator por desconhecimento da ilicitude. Ainda, o autor, antes de adquirir o negócio era médico veterinário e responsável técnico do criadouro, como ele próprio refere na inicial.

2. Regularidade da autuação. Reforma da sentença para julgar improcedente ação de nulidade do auto de infração.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 2.571-2.577).

Rogério Leonel Vieira interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, pois a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* teria deixado de enfrentar os argumentos relativos à aplicação dos princípios da legalidade e da anterioridade ao caso e, ainda, à prescrição da pretensão punitiva da Administração.

Afirma, ainda, afronta ao art. 6º, §§1º e 2º, do Decreto-Lei n. 4.657/42 – LICC -, alegando que mantinha as referidas espécimes em criadouro há mais de uma década, na vigência do Decreto n. 3.179/99, com a

ciência do IBAMA, e que a manutenção de tais animais nessa condição somente foi qualificada como ilícito administrativo pelo Decreto n. 6.514/2008.

Indica violação do art. 1º da Lei n. 9.873/99 e art. 54 da Lei n. 9.784/99, que estabelecem o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o exercício da pretensão punitiva pela Administração Pública Federal, e que o recorrido tinha inequívoca ciência da existência das aves descritas no auto de infração ambiental desde o ano de 2005, pelo menos.

Por fim, aponta violação do art. 2º, *caput* e inciso VI do parágrafo único, da Lei n. 9.784/99, por violação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da penalidade.

O IBAMA apresentou contrarrazões (fls. 2.617-2.621).

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 2.645-2.649).

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbra qualquer omissão, tendo o julgador abordado a controvérsia tal qual colocada pelas partes, em decisão fundamentada e, a partir de então, não está ele obrigado a responder a questionamentos da parte.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. INEXISTENTE. LAUDO PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO SUFICIENTE DOS RÉUS PARA A AQUISIÇÃO DOS BENS QUESTIONADOS. INCOMPATIBILIDADE ENTRE A EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E A RENDA AUFERIDA.

I - No tocante à violação ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, a argumentação não merece ser acolhida. Tanto o acórdão proferido em via de apelação quanto aquele prolatado em embargos de declaração, não se ressentem de omissão ou qualquer outro vício, porque apreciaram a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses da recorrente.

II - Observe-se que o acórdão pautou-se em prova pericial para delinear o contorno fático dos autos e, a partir disto, apreciar todos os aspectos relevantes da causa e necessários ao julgamento. Veja-se (fls. 1.966-1.976): Às fls.1336/1382 foi apresentado o laudo pericial, no qual foi verificada a inexistência de patrimônio suficiente dos réus para a aquisição dos bens questionados. Quanto à correção, destaca-se a manifestação do perito judicial no sentido de que "(...) se fosse depender a citada ré somente de suas rendas auferidas, em face da sua participação na sociedade Despachante Vieira de Moraes S/C Ltda, e de outras fontes, para tal aquisição e pagamento, não teria a mesma, na época contemporânea dos fatos (2710212007), nenhuma condição monetária suficiente para tanto" (fls.1379). [...] Dessa forma, concluiu o perito

(fls.1649): "Portanto, conforme V. Exa. pôde também nitidamente constatar, tanto as compras e vendas dos imóveis realizados pelo réu (incluindo terrenos e veículos) como os valores das locações e da herança recebida, conforme acima informados pelo assistente técnico do réu, nenhum valor referentes aos mesmos não transitaram pela conta corrente do réu, portanto, não serviram para justificar as mesmas e nem, tampouco, para fazerem frente às inúmeras operações (créditos e débitos) realizadas ao longo dos 15 anos analisados pela perícia. Razão pela qual Exa. ratifica este perito reiteradamente na íntegra a tudo quanto foi pelo mesmo exposto, relatado, apontado e demonstrado no Laudo Pericial (fls.1336/1382), sobretudo discriminados nos CD's apresentados às partes ". Assim, ante a prova pericial produzida nos autos, na qual foram confrontadas as alegações dos réus com a prova documental, em especial com a análise das movimentações financeiras de ambos, ficou demonstrada a incompatibilidade entre a evolução patrimonial e a renda auferida. Portanto, não lograram os requeridos demonstrar a origem dos valores utilizados para a aquisição dos bens impugnados, de modo que correto o reconhecimento da prática de atos de improbidade administrativa, nos termos do art. 90, VII, da Lei n. 8.429/92.

III - Já está pacificado nesta Corte que o julgador não está obrigado a responder questionamentos ou teses das partes, nem mesmo ao prequestionamento numérico. Veja-se o precedente: REsp n. 1.719.219/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 23/5/2018.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1317279/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO QUE ANALISOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESATE DA LIDE. OFENSA AO ART. 585, II, DO CPC/73. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ NO SUPOSTO TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA RESTABELECER SENTENÇA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Rejeitada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o eg. Tribunal a quo analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação.

2. A interpretação do art. 585, II, do CPC/73 não leva à solução de que um mesmo documento - contratos firmados entre as partes - tenha liquidez para embasar uma execução e, portanto, represente título executivo extrajudicial e, ao mesmo tempo, se aceita esse mesmo contrato como um documento a instruir uma ação de conhecimento para se averiguar a existência de outras obrigações.

3. Recurso especial parcialmente provido para restabelecer a sentença, extinguindo a execução.

(REsp 1765717/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA

TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 23/10/2018)

Ao reformar o entendimento monocrático, o Tribunal *a quo*, valendo-se de parecer ministerial, assim afirmou:

Após, uma análise detalhada dos autos, penso que a sentença merece reforma. Como a questão fática foi bem analisada pelo representante do Ministério Público Federal nesta Corte, Dr. Luiz Carlos Weber (Evento 4 - PARECER1), adoto o seu parecer como fundamento de decidir:

[...]

Compulsando os autos, constata-se que, embora o empreendimento de responsabilidade do Sr. Rogerio Leonel Vieira tivesse Licença Ambiental de Operação válida no momento da fiscalização realizada pelo IBAMA, tal licença não abrangia a espécie animal objeto da autuação, qual seja, *Chenonetta subata*.

Conforme Licença de Operação nº 001/09 - NUFAU/IBAMA/SC (evento 1 - OUT12), o Criadouro comercial de fauna silvestre brasileira e exótica estava licenciado para operar com as seguintes espécies:

()

Em análise aos demais documentos juntados, não se constatou qualquer registro que comprove a origem legal da espécie *Chenonetta jubata* ou que autorize a manutenção dos animais no criadouro. Ressalta-se que a referência à nomenclatura científica em Carta de Consulta direcionada ao Chefe do Núcleo de Fauna do IBAMA, em 03/05/2005 (evento 1 - OUT11. Pág. 27/30), não pode ser considerada meio de prova de situação regular, uma vez que somente demonstra uma intenção do interessado no processo de licenciamento do criadouro, sem revelar o posicionamento do ente administrativo sobre a consulta.

Dessa forma, tenho que deve ser reformada a sentença que decretou a nulidade do Auto de Infração nº 659234 - Série D, uma vez que a administração pública agiu em conformidade com a lei.

()

Registro que estamos diante de um criadouro comercial, que deve cumprir com as exigências técnicas e legais descritas na legislação ambiental. Não serve como fundamento para regularização do ilícito o argumento do autor de que quando adquiriu o estabelecimento as espécimes, objeto da autuação, lá já se encontravam. Ora, a legislação ambiental não exclui a responsabilidade do infrator por desconhecimento da ilicitude. Ainda, o autor, antes de adquirir o negócio era médico veterinário e responsável técnico do criadouro, como ele próprio refere na inicial.

Verifica-se que o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que a fundamentação apresentada no julgado acerca do fato de não constar registro a comprovar a origem legal da espécie apreendida, utilizada de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os

óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Sobre a alegada violação de dispositivos de leis federais relativamente ao fato de que a manutenção das espécimes somente foi qualificada como ilícito posteriormente, assim como a alegação de prescrição, verifica-se que as controvérsias não foram debatidas no acórdão recorrido, e sequer analisado o conteúdo dos dispositivos legais, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, ensejando a incidência da Súmula n. 282/STF.

Por fim, no tocante à alegação de violação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da penalidade, a irresignação vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim não entendeu.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame de elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial, negando-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator